



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 30 /2025

Dispõe sobre incorporação da competência privativa dos feitos constantes do art. 178 (Vara de Penas Alternativas) da [Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010 \(LOJE\)](#), no Juizado Especial Criminal de Campina Grande - PB, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 96, I, da [Constituição Federal](#), e no art. 104, II e III, da [Constituição do Estado da Paraíba](#), que conferem aos tribunais a possibilidade de organizar o seu serviço judiciário;

CONSIDERANDO o entendimento do Conselho Nacional de Justiça segundo o qual os Tribunais de Justiça possuem competência privativa para a elaboração dos seus regimentos internos, disposição sobre competência e funcionamento dos seus respectivos órgãos jurisdicionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 163, da [Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010](#), que permite ao Tribunal de Justiça definir a competência dos seus órgãos judiciários por meio de norma resolutiva;

CONSIDERANDO a necessidade de promover adequações na competência das unidades jurisdicionais da Comarca de Campina Grande - PB, buscando proporcionar mais celeridade ao andamento processual, reequilibrando a distribuição de feitos e compatibilizando-se com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os termos do Processo SEI nº 009206-09.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º A unidade judiciária que possui a competência de Juizado Especial Criminal da Comarca de Campina Grande passa a ter, também, a competência privativa dos feitos constantes do art. 178 (Vara de Penas Alternativas) da [Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010 \(LOJE\)](#), ficando denominada de Juizado Especial Criminal e Vara de Execução de Penas Alternativas – VEPA da Comarca de Campina Grande.

Parágrafo único. Para os fins do caput deste artigo, os procedimentos regidos pelas [Leis nº 9.099/1995](#) e [12.153/2009](#) deverão ser aplicados de forma distinta daqueles fixados pela Lei nº 7.210/1984, observando-se em cada caso os seus respectivos ritos.

Art. 2º A Vara de Execução Penal da Comarca de Campina Grande passa a ter competência exclusiva do art. 179 (Vara de Execução Penal).

Art. 4º A Diretoria de Tecnologia da Informação adotará as providências necessárias para o cumprimento desta resolução, inclusive, a redistribuição eletrônica dos processos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de agosto de 2025.
Sala de Sessões do Órgão Especial, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe em 22.07.2025.